



## >> A fraude académica: minando o nosso futuro...

Os desaires financeiros da Enron, Tyco, WorlCom, bem como todo o alvoroço associado aos escândalos mais 'caseiros' do BPN e BPP, reflectem comportamentos altamente questionáveis, de um ponto de vista ético, de indivíduos com elevados níveis de escolaridade, desempenhando cargos de alta responsabilidade corporativa. Tais ocorrências têm atraído considerável atenção por parte da sociedade em geral e ampla cobertura dos meios de comunicação, colocando não só uma forte pressão sobre as entidades reguladoras mas, simultaneamente, questionando os valores que a Escola, em geral, e o ensino superior, em particular, transmite e incrusta nos nossos jovens, líderes, decisores e gestores do amanhã.

Neste contexto, o tema da fraude académica assume particular relevância, sendo diversos os estudiosos e organizações de ensino superior que se têm preocupado em aferir e divulgar o fenómeno. Ao contrário de muitas organizações do ensino superior em Portugal, as escolas de ensino superior mais reputadas em termos internacionais (e.g., California Institute of Technology; Carnegie Mellon University; Stanford University) têm efectuado frequentes e elucidativas campanhas de sensibilização e prevenção da fraude académica, criando centros de integridade académica, apresentando aos seus estudantes e docentes códigos de honra, políticas destinadas a promover a ética na educação e divulgação de práticas não éticas, quer por parte dos estudantes, quer por parte dos docentes e investigadores.

Martin Dick, Maja Hrabak e os respectivos co-autores sintetizaram os diversos tipos de fraude académica: 1) Copiar em exames (incluindo, utilizar grelhas de correcção, notas das aulas ou de livros num exame sem consulta; falar com o colega do lado durante o exame; utilizar a máquina de calcular para resolver um problema suposto ser resolvido no papel; olhar para o exame do colega do lado; roubar o exame do gabinete académico); 2) Plágio (que inclui actividades não éticas, e mesmo ilícitas, como copiar directamente da Web, partilhar o trabalho de alguém com outro estudante, apropriar-se de trabalho de outrem sem o referenciar, copiar do manual da disciplina ou do respec-

tivo website, 'roubar' o trabalho de alguém); e 3) má conduta académica (alterar a lista da frequência nas aulas; pedir a um colega para assinar a folha de presenças pela pessoa; submeter um trabalho de outra pessoa como se fosse o do próprio; saber as questões de exame antes do exame ocorrer; utilizar ligações privadas para passar à disciplina; pagar ao examinador para passar no exame).

Num artigo recente (Março/Abril de 2009), publicado no *Journal of Education for Business*, Smith, Davis e Kroncke, assumindo que a fraude (académica) passada é um forte indicador da fraude futura, concluíram, para uma amostra de 786 estudantes de ensino superior norte-americanos, que os estudantes de cursos de economia e gestão eram, em média, menos éticos do que os estudantes de outros cursos. Concluíram também que a maior exposição a acções de sensibilização para as questões de ética nos negócios conduzia a menor incidência de comportamentos não éticos entre os referidos estudantes. Juntamente com Maria de Fátima Rocha, num estudo que envolveu 7213 estudantes das áreas de economia e gestão de 42 escolas de ensino superior localizadas em 21 países, concluí que a magnitude da fraude académica entre estudantes (avaliada em termos de cópia em exames) era bastante elevada (62%), apresentando uma grande heterogeneidade entre países. Os estudantes inscritos em escolas localizadas nos países nórdicos (em concreto, Dinamarca e Suécia) apresentavam uma probabilidade de cometer fraude académica significativamente mais baixa do que os seus homólogos dos países da Europa do Sul (e.g., Espanha, Itália ou Portugal). Os baixos níveis de cópia dos países Nórdicos em análise reflectem, em grande medida, a filosofia Nórdica de uma sociedade livre de corrupção (in *Scandinavica.com Magazine*, 2006), associada a uma cultura de ética onde a corrupção e a falsidade não são toleradas. Nestes países as regras são claras e tomadas de uma forma séria, sendo o preço de ser excluído dos círculos normais da sociedade excepcionalmente elevados.

Dada a sua importância para o futuro político e económico de uma nação, espera-se que o sector da educação seja um sector particularmente 'justo' e ético. Não obstante, como sublinharam Meier e Griffin no seu livro *Stealing the Future: Corruption in the Classroom*, a corrupção na Escola é relativamente comum,

originando uma educação de fraca qualidade e indo contra um dos principais objectivos da Educação: produzir cidadãos que respeitem a lei e os direitos humanos.

A evidência recolhida pelos diversos estudos nesta área indica que diminuir a fraude académica não passa apenas por um conjunto de políticas (localizadas) ao nível do ensino superior mas de atitudes e comportamentos transversais a toda uma sociedade.